



DIÁRIO OFICIAL



Belém, Sexta-feira
07 de Março de 2025

ANO CXXXIV DA IOE
135ª DA REPÚBLICA
Nº 36.154

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

126 Páginas

NESTA EDIÇÃO

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR	PÁG. 4
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO	PÁG. 7
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO	PÁG. 8
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	PÁG. 9
SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO DA CIDADANIA	PÁG. 9
FUNDAÇÃO PARÁPAZ	PÁG. 10

SECRETARIA DE ESTADO DE

PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	PÁG. 11
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO	PÁG. 13
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 13
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA E PROTEÇÃO SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 13
ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 15

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	PÁG. 15
--	---------

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA	PÁG. 19
HOSPITAL OPHIR LOYOLA	PÁG. 30
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ	PÁG. 31
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ	PÁG. 32
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA	PÁG. 33

SECRETARIA DE ESTADO DE

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	PÁG. 34
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	PÁG. 34

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO

AGROPECUÁRIO E DA PESCA	PÁG. 35
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ	PÁG. 36
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL	PÁG. 38
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 38
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 39
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S.A.	PÁG. 39

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	PÁG. 40
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 49

SECRETARIA DE ESTADO DE

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	PÁG. 49
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ	PÁG. 53
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR	PÁG. 55
FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	PÁG. 55
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ	PÁG. 55
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 57
POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARÁ	PÁG. 58
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 58

SECRETARIA DE ESTADO

DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	PÁG. 61
---	---------

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA	PÁG. 65
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ	PÁG. 66

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO	PÁG. 66
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO	PÁG. 66

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	PÁG. 67
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 73

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA

SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA	PÁG. 79
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ	PÁG. 80

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA	PÁG. 81
--	---------

SECRETARIA DE ESTADO DE IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS	PÁG. 81
--	---------

SECRETARIA DE ESTADO DOS POVOS INDÍGENAS	PÁG. 81
---	---------

SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES	PÁG. 82
--	---------

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA	PÁG. 82
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ	PÁG. 82

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS	PÁG. 83
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 84
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTES METROPOLITANO	PÁG. 84
AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 84

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E INTEGRAÇÃO REGIONAL	PÁG. 84
---	---------

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	PÁG. 84
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 85

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	PÁG. 85
--	---------

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	PÁG. 85
---	---------

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 88
---	---------

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 89
--	---------

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ	PÁG. 103
--	----------

MUNICÍPIOS	PÁG. 114
PARTICULARES	PÁG. 121
EMPRESARIAL	PÁG. 121

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO -INDSH				DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO			
HOSPITAL JEAN BITAR (CNPJ 23.453.830/0015-75)							
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)							
BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
ATIVO	Notas	2024	2023	Patrimônio Social (Déf.) Acum.	Superávit/	Total	
Circulante							
Caixa e equiv. de caixa	4	531.485	2.957.469	Saldos em 31/12/2022	2.471.190	(5.914.166)	(3.442.976)
Contas a receber	5	4.959.154	515.966	Incorp. ao Patrim. Social	(5.914.166)	5.914.166	
Estoques	6	746.072	893.179	Superávit/(Déficit) do Exerc.	-	(1.594.111)	(1.594.111)
Outros créditos		13.125	152.280	Saldos em 31/12/2023	(3.442.976)	(1.594.111)	(5.037.087)
Despesas antecipadas		2.418	6.074	Incorp. ao Patrim. Social	(1.594.111)	1.594.111	
Depósitos judiciais	13	32.944	14.581	Superávit/(Déficit) do Exerc.	-	265.482	265.482
Contratos de gestão	3m	46.754.863	46.002.842	Saldos em 31/12/2024	(5.037.087)	265.482	(4.771.605)
Total do Ativo Circul.		53.040.061	50.542.391	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS			
Não Circulante				2024 2023			
Depósitos judiciais	13	61.077	61.077	ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Imobilizado – Próprio	7a	10.859	12.341	Superávit / (Déficit) do Exercício 265.482(1.594.111)			
Imob.-Contrato de Gestão	7b	3.690.466	4.042.519	Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa			
Total do Ativo Circul.		3.762.402	4.115.937	Depreciação/Amortização 493.246 368.932			
Total do Ativo		56.802.463	54.658.328	Provisões para Contingências - -			
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL				Superávit/(Déficit) do Exercício Ajustado 758.728(1.225.179)			
Circulante				(Aumento) / Redução do Ativo			
Fornecedores	8	6.798.171	5.379.597	Contas a Receber (4.443.188) (465.966)			
Obrigações trabalhistas	9	2.320.425	2.281.797	Estoques 147.107 (48.321)			
Obrigações sociais	10	375.666	375.055	Outros Créditos 139.155 (20.533)			
Obrigações fiscais		73.079	221.945	Despesas Antecipadas 3.656 (190)			
Outras contas a pagar	11	164.312	117.507	Depósitos Judiciais (18.363) (14.581)			
Partes relacionadas	12	332.131	114.071	Aumento / (Redução) do Passivo			
Contratos de gestão	3m	46.754.863	46.002.842	Fornecedores 1.418.574 1.901.100			
Total do Passivo Circul.		56.818.647	54.492.814	Obrigações Trabalhistas 38.628 180.843			
Não Circulante				Obrigações Sociais 611 34.856			
Receitas diferidas	14	4.755.421	5.202.601	Obrigações Fiscais (148.866) 80.216			
Total do Passivo Circul.		4.755.421	5.202.601	Outras Contas a Pagar 46.805 71.722			
Patrimônio Social				Receitas Diferidas (447.180) (248.269)			
Patrimônio social		(5.037.087)	(3.442.976)	Ajustes Patrimoniais - -			
Superávit (déficit) acum.		265.482	(1.594.111)	FLUXO DE CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) PELA ATIV. OPERAC. (2.504.333) 245.698			
Total do Patrimônio Social		(4.771.605)	(5.037.087)	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Total do Passivo e Patrimônio Social		56.802.463	54.658.328	Aquis. de Ativo Imob. e Intangível (139.711) (2.417.979)			
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				Aj. de Inventário de Ativo Imob. e Intangível - -			
Notas 2024 2023				FLX DE CX CONS.PELA ATIV. DE INVEST. (139.711)(2.417.979)			
Receitas Operacionais				ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Serviços prest. pac. SUS	56.869.341	52.055.951		Partes Relacionadas 218.060 (18.172)			
Serv.prest. conv. e partic..	-	-		FLUXO DE CAIXA GERADO/(CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO 218.060 (18.172)			
(-) Glosas	-	-		AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (2.425.984)(2.190.453)			
Receita Líquida	56.869.341	52.055.951		No início do exercício 2.957.469 5.147.922			
Custos				No fim do exercício 531.485 2.957.469			
Serviços de terceiros	(25.850.254)	(24.431.308)		Caixa e Equiv. de Cx no Fim do Per. (2.425.984)(2.190.453)			
Pessoal e encargos	(12.197.023)	(11.863.694)		anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.			
Materiais e medicamentos	(11.161.812)	(10.227.677)		2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 26 de Fevereiro de 2025. c. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado basean-			
Superávit/(Déficit) Líquido	7.660.252	5.533.272					
Despesas							
Pessoal e encargos	(3.049.256)	(2.965.923)					
Serviços de terceiros	-	-					
Impostos, taxas e contrib.	(89.609)	(28.837)					
Depreciação/amortização	(493.246)	(368.932)					
Despesas gerais e admin.	15	(4.236.063)	(4.119.737)				
Superávit/(Déficit) Antes do Resultado Financeiro	(207.922)	(1.950.158)					
Financeira Líquida							
Despesas financeiras	(227.554)	(159.586)					
Receitas financeiras	151.755	185.789					
Superávit/(Déficit) Antes de Outras Despesas e Receitas	(283.721)	(1.923.955)					
Outras Despesas e Receitas							
Doações e subvenções	-	-					
Outras receitas e despesas	549.203	329.844					
Superávit/(Déficit) do Exerc.	265.482	(1.594.111)					
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES							
2024 2023							
Superávit/(Déficit) do Exerc.	265.482	(1.594.111)					
Outros resultados abrangentes	-	-					
Total Resultado Abrangente	265.482	(1.594.111)					
NOTAS EXPLICATIVAS							
1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais: O Hospital Jean Bitar (HJB) está localizado em Belém (PA), e faz parte da rede pública do estado. O Hospital atende uma população 1,4 milhão de pessoas da região metropolitana de Belém, composta por mais sete municípios. A unidade oferece assistência de média e alta complexidade nas especialidades de cirurgia endocrinológica, reumatologia, geriatria, além de ser referência em cirurgias bariátricas com 70 leitos, incluindo unidade de terapia intensiva (UTI). Todos esses serviços contam com o suporte de apoio diagnóstico e terapêutico com análises clínicas e outros exames especializados. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na Rua Cônego Jerônimo Pimentel, 543 – Umarizal, Belém-PA. b. Contrato de Gestão: O Hospital Jean Bitar (HJB) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde março de 2016, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 007/SESPA/2021, vigente até 10/11/2025, por meio do 11º termo aditivo. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:							
Âmbito				Legislação			
Publicação							
Federal	Decreto Fed. nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970					
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969					
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967					
Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CG-CER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação							

circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.				
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2024	2023		
Caixa em espécie	2.000	1.200		
Banco conta movimento	5.054	126.663		
Aplicações financeiras de liquidez imediata	524.431	2.829.606		
Total	531.485	2.957.469		
As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.				
5. CONTAS A RECEBER: Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 10/11/2025	2024	2023		
Contrato 007/2021 – SESP	4.959.154	515.966		
Total	4.959.154	515.966		
Aging List	2024	2023		
A vencer	125.878	247.451		
De 01 a 15 dias	4.675.486	-		
De 16 a 30 dias	-	155.205		
De 31 a 60 dias	107.790	27.563		
De 61 a 90 dias	-	35.747		
De 91 a 180 dias	-	-		
De 181 a 360 dias	-	-		
+ de 360 dias	50.000	50.000		
Total	4.959.154	515.966		
A Administração julga que o saldo de R\$ 50.000,00, pendentes de pagamento, não representa risco de inadimplência.				
b. Imobilizado - Contrato de Gestão	2024	2023	Eq. Informática	1.000
Aparelhos Med. e Cir.	Benfeitorias	Benfeitorias	Benfeitorias	Benfeitorias
Em 31/12/2023				
Saldo inicial	231.663	854.699	15.597	20.000
Aquisições	350.595	704.649	-	-
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(128.381)	(129.447)	(8.463)	(1.000)
Saldo contábil líquido	453.877	1.429.901	7.134	22.000
Em 31 de dez. de 2024				
Saldo inicial	453.877	1.429.901	7.134	22.000
Aquisições	-	-	-	-
Transferências	530.820	524.234	-	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(138.850)	(190.891)	(4.145)	(3.000)
Saldo contábil líquido	845.847	1.763.244	2.989	30.000
8. FORNECEDORES				
	2024	2023		
Materiais e medicamentos	2.043.097	2.126.519		
Serviços	2.192.345	1.364.764		
Serviços médicos	1.853.369	1.101.888		
Diversos	709.360	786.426		
Total	6.798.171	5.379.597		
Aging List	2024	2023		
A vencer	2.053.534	2.373.375		
Até 30 dias	2.812.847	785.320		
De 31 a 60 dias	633.891	593.927		
De 61 a 90 dias	561.164	478.213		
De 91 a 180 dias	657.136	579.296		
De 181 a 360 dias	44.718	545.643		
+ de 360 dias	34.881	23.823		
Total	6.798.171	5.379.597		
9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS				
	2024	2023		
Ordenados e salários a pagar	909.686	863.711		
Provisão férias	1.306.629	1.313.411		
Provisões FGTS s/férias	104.110	104.675		
Total	2.320.425	2.281.797		
10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS				
	2024	2023		
INSS a recolher	101.926	91.502		
FGTS a recolher	134.833	130.396		
IRRF s/ folha a recolher	127.421	150.485		
Contr. sindical	11.486	2.672		
Total	375.666	375.055		
11. OUTRAS CONTAS A PAGAR				
	2024	2023		
Empréstimos de material	611	611		
Seguros a pagar	-	3.373		
Outras	-	-		
Verba piso salarial da enfermagem (i)	163.701	113.523		
Total	164.312	117.507		
(i) No ano de 2023/2024, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.				
12. PARTES RELACIONADAS				
	2024	2023		
Passivo				
SEDE ADMINISTRATIVA	332.131	114.071		
Total	332.131	114.071		
O saldo a pagar em 2024 no passivo circulante de R\$ 332.131 (R\$ 114.071 em 2023), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.				
13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível e provável, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:				
Possível	2024	2023		
Cível	1.627.408	880.000		
Trabalhista	569.990	121.800		
Total	2.197.398	1.001.800		

de recebimento são recebíveis em prazo inferior a 12 meses, devido a processo de alinhamento com o Ente Público, portanto, não considera provisões para perdas.			
6. ESTOQUES	2024	2023	
Drogas e medicamentos	220.734	343.215	
Dietas enterais e parenterais	17.723	21.641	
Fios cirúrgicos	44.697	39.952	
Materiais radiológicos/imagens	1.787	8.391	
Materiais de uso do paciente	280.680	304.693	
Limpeza e higienização	32.945	50.743	
Materiais de laboratório	761	893	
Demais materiais	146.745	123.651	
Total	746.072	893.179	
Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.			
7. IMOBILIZADO: a. Imobilizado – Próprio	2024	2023	
Máquina e Equip.	Total		
Em 31 de dezembro de 2023			
Saldo inicial	13.823	13.823	
Aquisições	-	-	
Transferências	-	-	
Baixas	-	-	
Depreciação	(1.482)	(1.482)	
Saldo contábil líquido	12.341	12.341	
Em 31 de dezembro de 2024			
Saldo inicial	12.341	12.341	
Aquisições	-	-	
Transferências	-	-	
Baixas	-	-	
Depreciação	(1.482)	(1.482)	
Saldo contábil líquido	10.859	10.859	

mento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2024	2023
Aplicações financ. de liquidez imediata	524.431	2.829.606
Contas a receber	4.959.154	515.966
Total ativos financeiros	5.483.585	3.345.572
Fornecedores	6.798.171	5.379.597
Total passivos financeiros	6.798.171	5.379.597

19. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES: Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão Contrato 002/218 - SESP estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 10 de novembro de 2025.

Renovação CEBAS - INDSH: Conforme mencionado na nota explicativa 1 - contexto operacional, a Entidade obteve deferimento para renovação do CEBAS para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 em 12/02/2025, junto ao Ministério da Saúde, constante do processo 25000.175499/2023-33.

Belém - PA, 26 de Fevereiro de 2025. Giovanni Luís Padão Merenda - Dir. Executivo - CPF: 539.924.660-00.

Viviane da Costa Conceição - Contadora - CRC PA - 013815/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH. Hospital Jean Bitar. Belém - PA

Opinião com Ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Jean Bitar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do superávit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no tópico "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Jean Bitar, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Provisão de juros e multas sobre atrasos de pagamentos a fornecedores:** Em 31 de dezembro de 2024, O Hospital apresentava um montante de R\$ 7.009.887, relativo a fornecedores a pagar, dos quais R\$ 3.185.703 estavam vencidos, conforme demonstrado na nota explicativa 8 - Fornecedores. A Administração não realizou provisão de juros e multas para quitação dos valores em aberto. Entretanto, nas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que pudessem nos fornecer base suficiente para conclusão sobre o montante que deveria ser reconhecido a título de juros e multas sobre os atrasos ocorridos. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as mesmas responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e

seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **Imobilizado de gestão:** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Continuidade operacional:** Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de contínua elevação de custos da operação de gestão da Unidade e considera como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato junto à SESPA. Em 31 de dezembro de 2024, o Hospital possuía excessos de passivos circulantes sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 3.778.584 e seu patrimônio líquido estava negativo no ordem de R\$ 4.771.605 (R\$ 5.037.087 em 2023). Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Hospital, caso os planos da Administração não sejam concretizados. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade das operações, considerando os melhores esforços da Administração na renegociação do contrato e recomposição de caixa, não sendo apurado ou reconhecida eventuais provisões para descontinuidade das operações. **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 11 de março de 2024, sem modificações. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas

sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apro-

priada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. **Planners Auditores Independentes - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2. Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6**

Protocolo: 1174001

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. LICENÇA AMBIENTAL COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Bujaru, a renovação da LI nº 01/2023, para a Rede de Distribuição Rural de Energia Elétrica - RDR "ID. 430050194 - B Rural / Douglas Soeiro Silva" a ser implantada no município de Bujaru, no Estado do Pará.

Protocolo: 1174009

CÂMARA MUNICIPAL DE MOJÚÍ DOS CAMPOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) 001/2025-CMMC Processo Administrativo nº 004/2025-CMMC

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros alimentícios, Água mineral, materiais higiene, limpeza e descartáveis, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Mojuí dos Campos-PA. Disponibilidade do Edital 07/03/2025 no endereço www.camaramojuidoscampos.pa.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br. Início da entrega de propostas: 07/03/2025. Abertura das propostas: 20/03/2025 às 9h30min no site www.portaldecompraspublicas.com.br. **Rosani Patrícia Castro Oliveira. Pregoeira da CMMC.**

Protocolo: 1174010

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. LICENÇA AMBIENTAL COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Cachoeira do Piriá, a renovação da Licença de Instalação - LI Nº 005/220/2024 - para a Rede de Distribuição Rural de Energia Elétrica - RDR "ID. 430038920 - Projeto - Do Campo, 08, 68617-000, Vila Barraca da Farinha, Cachoeira do Piriá / Jesse dos Santos Silva / Antônio Jose dos Reis Costa / Altamar Pinto / Reginaldo Oliveira da Silva" a ser implantada no município de Cachoeira do Piriá, no Estado do Pará.

Protocolo: 1174011

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. LICENÇA AMBIENTAL COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Capanema, Renovação da DLA Nº 003/2024, para a Rede de Distribuição Rural de Energia Elétrica - RDR "Vila de Segredinho (CEP 68700-001) - ponto de referência Sr. Arnaldo, s/nº, px. a entrada do Mercado Sales - ID. 430074237 - CT -UNR-CAP-NS - 1089026332 - Arnaldo" a ser implantada no município de Capanema, no Estado do Pará.

Protocolo: 1174013

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. LICENÇA AMBIENTAL COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Capanema, renovação da DLA Nº 004/2024, para a implantação da Rede de Distribuição Rural - RDR 34,5 KV "Projeto Tv. Oitava, s/nº, passando o rio Meruiira - segunda casa, ID. 430051374 A B Rural / Jose de Oliveira - Bairro Mata Sede" a ser implantada no município de Capanema, no Estado do Pará.

Protocolo: 1174014

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. LICENÇA AMBIENTAL COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Capitão Poço, a Licença de Instalação (LI), para a implantação da Rede de Distribuição Rural - RDR 34,5 KV "Projeto Vila Ajara, s/nº, px. a residência do Avelino - ID. 430104068 - N-UNI-CTONS - 1109316283 - Antonio" a ser implantada no município de Capitão Poço, no Estado do Pará.

Protocolo: 1174015

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. LICENÇA AMBIENTAL COMUNICADO

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A., torna público que requereu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Almeirim, a Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI), para a Rede de Distribuição Rural de Energia Elétrica - RDR "ID. 440151925 - Projeto: - RAMAL KM 30 - PRIORIDADE 0." a ser implantada no município de Almeirim, no Estado do Pará.

Protocolo: 1174017

**Maiores informações entre em contato com a CENTRAL: (48) 3257-3500 e 3257-3200
E-mails: comercial@centraldiariooficial.com.br; prefeitura@centraldiariooficial.com.br**



**DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE**

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, sexta-feira, 7 de março de 2025 às 07:32:50.